



LICENÇA DE OPERAÇÃO

Termo de Cooperação Técnica nº 25/2013, que celebram Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul e o Município de Ponta Porã – MS.

Processo Nº: 079/2015

LO Nº: 030

Ano: 2016

Requerente: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A.

CNPJ/CPF: 03.982.931/0001-20

Logradouro: Prolongamento da Rua Maurício Dutra

Número: S/N

Complemento: XXXX

Bairro: Mooca

Município: Ponta Porã

UF: MS

CEP: 79900-970

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

Bacia hidrográfica: Paraná/Rio Amambai

UPG: xxxxxxx

Corpo Receptor: Córrego São João

Área ocupada: 3000m²

Área total: 13,4402ha.

Atividade: 6.14 Estação de Tratamento de Esgoto - ETE

Coordenadas: S:22°32'19.97" O:55°40'49.80"

Validade: 04 (quatro) anos

CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

1 Esta licença autoriza a operação do empreendimento para a atividade de sistema de tratamento de esgoto com capacidade de tratamento de 40 L/s, composto por 91,91km de rede coletora de esgoto, 3.850 ligações domiciliares, 02 estações elevatórias de esgoto bruto, 01 estação de tratamento de esgoto contendo: Laboratório/casa de química, extravasor, gradeamento, desarenador, calha Parshal, 01 reator anaeróbico de leito fluidizado – RALF, 01 filtro biológico, decantador secundário, caixa de mistura e leitos de secagem.

2 O empreendimento deverá operar em conformidade com o projeto, memorial descritivo e sistema de controle ambiental(SCA) aprovados pelo IMASUL;

3 Deverá ser apresentado a SICTMA(Sec. Mun. Meio Ambiente), relatório trimestral de execução do Plano de Auto Monitoramento – PAM acompanhado da respectiva documentação de responsabilidade técnica, no máximo 10(dez) dias após um período respectivo de coleta de dados, contados a partir da data de assinatura desta licença, contemplando, para cada monitoramento realizado, tipo e local de amostragem com as respectivas coordenadas geográficas(Datum Horizontal Sirgas 2000), a avaliação técnica dos dados obtidos e sua confrontação com a legislação ambiental pertinente, apresentação dos boletins analíticos das amostras, propostas e/ou medidas efetivadas de saneamento de situações constatadas como não conformes. O monitoramento deverá seguir os parâmetros e periodicidades abaixo descritos:

- Eficiência do sistema de tratamento de efluentes, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, na entrada e saída do sistema, contemplando os seguintes parâmetros: vazão, temperatura do ar e da água, pH, DBO5,20, DQO, Fósforo Total, Nitrogênio amoniacal Total, Cloreto, Sólidos Suspensos, Materiais Sedimentáveis e coliformes termotolerantes;

- Qualidade das águas superficiais, através de análises laboratoriais das amostras, que deverão ser coletadas mensalmente, à montante e a Jusante do ponto de lançamento no corpo hídrico receptor, imediatamente após a zona de mistura,

contemplando os parâmetros: vazão, cor, turbidez, pH, DBO5,20, DQO, Oxigênio dissolvido, Condutividade elétrica, Fósforo Total, Nitrogênio Amoniacal Total, Óleos e Graxas(Informar se ausentes ou presentes virtualmente no momento da coleta), Cloreto, Sólidos Dissolvidos Totais, coliformes termotolerantes, Nitrato, Nitrito;

- As coletas das amostras dos efluentes e das águas superficiais deverão ser realizadas na mesma data e com o menor intervalo de tempo possível entre as coletas das amostras;

4 O lançamento dos efluentes deverão apresentar padrões de qualidades de forma a não alterar a classe em que o corpo receptor esta enquadrado para atender a Deliberação CECA nº 036/2012 e a Resolução CONAMA nº 357/2005, contemplada e alterada pela Resolução CONAMA nº 430/2011;

5 Os resíduos Sólidos gerados deverão ser colhidos, coletados, acondicionados e estocados transitoriamente em abrigos que atendam as recomendações técnicas. Fica proibido o lançamento de lodo "IN NATURA" diretamente no solo;

6 Para a remoção do lodo proveniente da ETE, deverá ser apresentado à SICTMA o cronograma de remoção com antecedência mínima de um mês, contemplando projeto de disposição do mesmo;

7 Os resíduos provenientes do desanerator deverão sofrer o mesmo tratamento que os resíduos sólidos provenientes do gradeamento, estando proibido como destino final do corpo receptor;

8 Deverá ser implantada cortina arbórea no entorno da ETE, bem como ser adotadas medidas de preservação da mesma, garantindo seu crescimento e formação;

9 Os equipamentos, tampas, medidores de vazão devem ter manutenção constante para evitar derramamento, vazamentos e odor;

10 O empreendedor deverá implantar um posto de medição de vazões no corpo receptor, num prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da data de assinatura desta licença, com a instalação de réguas a montante do ponto de lançamento no curso d'água, de forma que não haja interferência do volume dos efluentes descartados. As medições deverão ser diárias e obtidas às 7h e às 17h, as vazões calculadas deverão ser entregues mensalmente à SICTMA, por meio impresso;

11 O empreendedor deverá implantar um pluviômetro em local apropriado do empreendimento, num prazo máximo de 30(trinta) dias a contar da data de assinatura desta licença. As medições deverão ser diárias e obtidas em horário único, os índices levantados deverão ser entregues mensalmente a SICTMA, em meio impresso;

12 Fica proibida emissão de qualquer tipo de substâncias odoríferas em quantidades que possam ser perceptíveis fora da área da propriedade do empreendimento;

13 Deverão ser adotadas medidas preventivas de maneira a evitar processos erosivos e assegurar condições que permitam a disposição dos efluentes líquidos e resíduos sólidos, de maneira a assegurar a não contaminação, do solo, dos recursos hídricos, quer sejam superficiais ou subterrâneos;

14 Os operadores da ETE deverão utilizar uniformes EPI's;

15 Não permitir o acesso de águas pluviais para dentro da rede coletora de esgoto;

16 O entorno da atividade deverá permanecer limpo e em condições adequadas de higiene;

17 Fica proibida a ampliação de área, bem como de equipamentos instalados sem a devida autorização da SICTMA;

18 Deverá manter limpo e sem vegetação(acero) o caminho de acesso ao ponto de lançamento de efluente no corpo hídrico receptor para fins de fiscalização;

19 Qualquer alteração no projeto, diversificação da atividade, alteração na capacidade e/ou no sistema de Controle Ambiental, deverá ser previamente autorizada pela SICTMA;

20 Comunicar imediatamente à SICTMA, caso ocorra falha no sistema de bombeamento, extravasamento do esgoto ou qualquer outro tipo de acidente;



Continuação da Licença de Operação nº 030/2016.

21 O empreendedor deverá num prazo de 90(noventa) dias a contar da data de assinatura desta licença, conforme Lei Federal 12.561/2012, solicitar a definição da área a ser recuperada na mesma sub bacia hidrográfica, como forma de compensação ecológica pelas intervenções efetuadas na APP;

CONDICIONANTES GERAIS DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

1. Esta Licença é intransferível e deverá permanecer em lugar visível no empreendimento, para efeito de fiscalização;
2. Esta Licença não isenta o empreendedor de cumprir as formalidades legais junto aos órgãos Federais, Estaduais e/ou Municipais;
3. A Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente – SICTMA reserva-se o direito de a qualquer momento e de acordo com as normas legais, exigir melhorias e/ou alterações na operacionalização dos planos apresentados;
4. A concessão desta Licença deverá ser publicada em periódico de circulação local/regional e no Diário Oficial do Município no prazo de (30) trinta dias, a partir de sua assinatura;
5. Qualquer alteração na titularidade e/ou razão social da empresa deverá ser comunicada imediatamente a SICTMA;
6. Qualquer alteração e ampliação e/ou diversificação da atividade/projeto/trajeto deverá ser previamente licenciada pela SICTMA;
7. Mediante decisão motivada esta Licença poderá ser suspensa e/ou cancelada, sem prejuízo da adoção das outras medidas punitivas administrativas e judiciais, quando ocorrer:
 - a. Violação ou inadequação de quaisquer das condicionantes acima descritas ou normas legais;
 - b. Omissão ou falsa descrição das informações relevantes que subsidiaram a expedição desta Licença;
 - c. Superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

VALIDADE DA PRESENTE LICENÇA: 04 ANOS DA DATA DE SUA ASSINATURA.

A renovação desta licença deverá ser solicitada em um prazo mínimo de 30 (trinta) dias anterior ao seu vencimento.

A Secretaria de Indústria, Comércio, Turismo e Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 3.871 de 03 de julho de 2012, EXPEDE a presente **LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO** em consonância com o Decreto n. 6.610, de 08 de julho de 2014.

Ponta Porã, 12 de Setembro de 2016

EDUARDO GAÚNA

SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MEIO AMBIENTE.